

## EXORTAÇÃO APOSTÓLICA "REDEMPTORIS CUSTOS" DO JOÃO PAULO II

Sobre a figura e a missão de São José na vida de Cristo e da Igreja

(...)

### III - O HOMEM JUSTO - O ESPOSO

17. No decorrer da sua vida, que foi uma peregrinação na fé, José, como Maria, permaneceu fiel até ao fim ao chamamento de Deus. A vida de Maria foi o cumprimento até as últimas conseqüências daquele primeiro fiat (faça-se) pronunciado no momento da Anunciação; ao passo que José - como já foi dito - não proferiu palavra alguma, aquando da sua «anunciação»: «fez como o anjo do Senhor lhe ordenara» (Mt 1, 24). E este primeiro «fez» tornou-se o princípio da «caminhada de José». Ao longo desta caminhada, os Evangelhos não registram palavra alguma que ele tenha dito. Mas esse silêncio de José tem uma especial eloqüência: graças a tal atitude, pode captar-se perfeitamente a verdade contida no juízo que dele nos dá o Evangelho: o «justo» (Mt 1,19).

é necessário saber ler bem esta verdade, porque nela está contido um dos mais importantes testemunhos acerca do homem e da sua vocação. No decurso das gerações a Igreja lê, de maneira cada vez mais atenta e mais cônica este testemunho, como que tirando do tesouro desta insigne figura «coisas novas e coisas velhas» (Mt 13,52).

18. O homem «justo» de Nazaré possui sobretudo as características bem nítidas do esposo. O Evangelista fala de Maria como de «uma virgem desposada com um homem ... chamado José» (Lc 1, 27). Antes de começar a realizar-se «o mistério escondido desde todos os séculos em Deus» (Ef 3,9), os Evangelhos põem diante de nós a imagem do esposo e da esposa. Segundo o costume do povo hebraico, o matrimônio constava de duas fases: primeiro, era celebrado o matrimônio legal (verdadeiro matrimônio); e depois, só passado um certo período, é que o esposo introduzia a esposa na própria casa. Antes de viver junto com Maria, portanto, José já era o seu «esposo»; Maria, porém, conservava no seu íntimo o desejo de fazer o dom total de si mesma exclusivamente a Deus. Poder-se-ia perguntar de que modo este desejo se conciliava com as «núpcias». A resposta vem-nos somente do desenrolar dos acontecimentos salvíficos, isto é, da ação especial do próprio Deus. Desde o momento da Anunciação, Maria sabe que deve realizar-se o seu desejo virginal, de entregar-se a Deus de modo exclusivo e total, precisamente tornando-se mãe do Filho de Deus. A maternidade por obra do Espírito Santo é a forma de doação que o próprio Deus espera da Virgem, «desposada» com José. E Maria pronuncia o seu fiat (faça-se).

O fato de ela ser «desposada» com José está incluído no mesmo desígnio de Deus. Isso é indicado por ambos os Evangelistas citados, mas de maneira particular por São Mateus. São muito significativas as palavras ditas a José: «Não temas receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo» (Mt 1,20). Elas explicam o mistério da esposa de José: Maria é virgem na sua maternidade. Nela «o Filho do Altíssimo» assume um corpo humano e torna-se «o Filho do homem».

Dirigindo-se a José com as palavras do anjo, Deus dirige-se a ele como sendo esposo da

Virgem de Nazaré. Aquilo que nela se realizou por obra do Espírito Santo exprime ao mesmo tempo uma confirmação especial do vínculo esponsal, que já existia antes entre José e Maria. O mensageiro diz claramente a José: «Não temas receber contigo, Maria, tua esposa». Por conseguinte, aquilo que tinha acontecido anteriormente — os seus esponsais com Maria — tinha acontecido por vontade de Deus e, portanto, devia ser conservado. Na sua maternidade divina, Maria deve continuar a viver como «uma virgem, esposa de um esposo» (cf. Lc 1,27).

19. Nas palavras da «anunciação» noturna, José escuta não apenas a verdade divina acerca da inefável vocação da sua esposa, mas ouve novamente também a verdade acerca da própria vocação. Este homem «justo», que, segundo o espírito das mais nobres tradições do povo eleito, amava a Virgem de Nazaré e a ela se encontrava ligado por amor esponsal, é novamente chamado por Deus para este amor.

« José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu consigo a sua esposa»; o que se gerou nela «é obra do Espírito Santo». Ora, de tais expressões, não se imporá porventura deduzir que também o seu amor de homem tinha sido regenerado pelo Espírito Santo? Não se imporá porventura pensar que o amor de Deus, que foi derramado no coração humano pelo Espírito Santo (cf. Rom 5, 5), forma do modo mais perfeito todo o amor humano? Ele forma também — e de maneira absolutamente singular — o amor esponsal dos cônjuges, nele dando profundidade a tudo aquilo que seja humanamente digno e belo e tenha as marcas da exclusiva entrega, da aliança das pessoas e da comunhão autêntica, a exemplo de Mistério trinitário.

« José ... recebeu consigo a sua esposa, a qual, sem que ele a conhecesse, deu à luz um filho» (Mt 1, 24-25). Estas palavras indicam ainda outra proximidade esponsal. A profundeza desta proximidade, a intensidade espiritual da união e do contacto entre pessoas — do homem e da mulher — provém em última análise do Espírito que dá a vida (cf. Jo 6, 63). José, obediente ao Espírito, encontra precisamente nele a fonte do amor, do seu amor esponsal de homem; e este amor foi maior do que aquele «homem justo» poderia esperar, segundo a medida do próprio coração humano.

( ...) Mediante o sacrifício total de si próprio, José exprime o seu amor generoso para com a Mãe de Deus, fazendo-lhe «dom esponsal de si». Muito embora decidido a afastar-se, para não ser obstáculo ao plano de Deus que nela estava a realizar-se, por ordem expressa do anjo ele manteve-a consigo e respeitou a sua condição de pertencer exclusivamente a Deus.

Por outro lado, foi do matrimônio com Maria que advieram para José a sua dignidade singular e os seus direitos em relação a Jesus. «é certo que a dignidade da Mãe de Deus assenta tão alto, que nada pode haver de mais sublime; mas, por isso mesmo que entre a Santíssima Virgem a José foi estreitado o vínculo conjugal, não há dúvida de que ele se aproximou como ninguém dessa altíssima dignidade, em virtude da qual a Mãe de Deus ocupa lugar eminente, a grande distância de todas as criaturas. Uma vez que o casamento é a comunidade e a amizade máxima a que, por sua natureza, anda ligada a comunhão de bens, segue-se que, se Deus quis dar José como esposo à Virgem, deu-lho não apenas como companheiro na vida, testemunha da sua virgindade e garante da sua honestidade, mas também para que ele participasse, mediante o pacto conjugal, na sua excelsa grandeza. (Leone XIII, «Quamquam Pluries», die 15 aug. 1889: «Leonis XIII P. M. Acta» IX [190] 177s).

21. Um tal vínculo de caridade constituiu a vida da Sagrada Família; primeiro, na pobreza de Belém, depois, durante o exílio no Egito e, em seguida, quando ela morava em Nazaré. A Igreja rodeia de profunda veneração esta Família, apresentando-a como modelo para todas as famílias. A Família de Nazaré, diretamente inserida no mistério da Encarnação, constitui ela própria um mistério particular. E ao mesmo tempo — como na Encarnação — é a este mistério que pertence à verdadeira paternidade: a forma humana da família do Filho de Deus, verdadeira família humana, formada pelo mistério divino. Nela, José é o pai: a sua paternidade, porém, não é só «aparente», ou apenas «substitutiva»; mas está dotada plenamente da autenticidade da paternidade humana, da autenticidade da missão paterna na família. Nisto está contida uma consequência da união hipostática: humanidade assumida na unidade da Pessoa divina do Verbo-Filho, Jesus Cristo. Juntamente com a assunção da humanidade, em Cristo foi também «assumido» tudo aquilo que é humano e, em particular, a família, primeira dimensão da sua existência na terra. Neste contexto foi «assumida» também a paternidade humana de José.

Com base neste princípio, adquirem o seu significado profundo as palavras dirigidas por Maria a Jesus, no templo, quando ele tinha doze anos: «Teu pai e eu ... andávamos à tua procura». Não se trata de uma frase convencional: as palavras da Mãe de Jesus indicam toda a realidade da Encarnação, que pertence ao mistério da Família de Nazaré. José, que desde o princípio aceitou, mediante «a obediência da fé», a sua paternidade humana em relação a Jesus, seguindo a luz do Espírito Santo que por meio da fé se doa ao homem, por certo ia descobrindo cada vez mais amplamente o dom inefável desta sua paternidade.

#### V - O PRIMADO DA VIDA INTERIOR

25. Também quanto ao trabalho de carpinteiro na casa de Nazaré se estende o mesmo clima de silêncio, que acompanha tudo aquilo que se refere à figura de José. Trata-se, contudo, de um silêncio que desvenda de maneira especial o perfil interior desta figura. Os Evangelhos falam exclusivamente daquilo que José «fez»; no entanto, permitem-nos auscultar nas suas «ações», envolvidas pelo silêncio, um clima de profunda contemplação. José estava quotidianamente em contacto com o mistério «escondido desde todos os séculos», que «estabeleceu a sua morada» sob o teto da sua casa. Isto explica, por exemplo, a razão por que Santa Teresa de Jesus, a grande reformadora do Carmelo contemplativo, se tornou promotora da renovação do culto de São José na cristandade ocidental.

26. O sacrifício total, que José fez da sua existência inteira, às exigências da vinda do Messias à sua própria casa, encontra a motivação adequada na «sua insondável vida interior, da qual lhe provêm ordens e consolações singularíssimas; dela lhe decorrem também a lógica e a força, própria das almas simples e límpidas, das grandes decisões, como foi a de colocar imediatamente à disposição dos desígnios divinos a própria liberdade, a sua legítima vocação humana e a felicidade conjugal, aceitando a condição, a responsabilidade e o peso da família e renunciando, por um incomparável amor virgíneo, ao natural amor conjugal que constitui e alimenta a mesma família».

Esta submissão a Deus, que é prontidão de vontade para se dedicar às coisas que dizem respeito ao seu serviço, não é mais do que o exercício da devoção, que constitui uma das expressões da virtude da religião. (cfr. S. Thomae, «Summa Theologiae», II-II, q. 82, a. 3, ad 2).

27. A comunhão de vida entre José e Jesus leva-nos a considerar ainda o mistério da Encarnação precisamente sob o aspecto da humanidade de Cristo, instrumento eficaz da divindade para a santificação dos homens: «Por força da divindade, as ações humanas de Cristo foram salutares para nós, produzindo em nós a graça, quer em razão do mérito, quer por uma certa eficácia». (cfr. S. Thomae, «Summa Theologiae», II-II, q. 8, a. 1, ad 1).

Entre estas ações os Evangelistas privilegiam aquelas que dizem respeito ao mistério pascal; mas não deixam de frisar bem a importância do contacto físico com Jesus em ordem às curas de enfermidades (cf., por exemplo, Mc 1, 41) e a influência por ele exercida sobre João Baptista, quando ambos estavam ainda no seio materno (cfr. Lc 1,41-44).

O testemunho apostólico não transcurou — como já se viu — a narração do nascimento de Jesus, da circuncisão, da apresentação no templo, da fuga para o Egito e da vida oculta em Nazaré, por motivo do «mistério» de graça contido em tais «gestos», todos eles salvíficos, porque todos participavam da mesma fonte de amor: a divindade de Cristo. Se este amor se irradiava, através da sua humanidade, sobre todos os homens, certamente eram por ele beneficiados, em primeiro lugar, aqueles que a vontade divina tinha posto na sua maior intimidade: Maria, sua Mãe, e José, seu pai putativo. (cfr. Pio XII, «Haurietis Aquas», III, die 15 maii 1956: AAS 48 [1956] 329s).

Uma vez que o amor «paterno» de José não podia deixar de influir sobre o amor «filial» de Jesus e, vice-versa, o amor «filial» de Jesus não podia deixar de influir sobre o amor «paterno» de José, como chegar a conhecer as profundezas desta singularíssima relação? Justamente, pois, as almas mais sensíveis aos impulsos do amor divino vêm em José um exemplo luminoso de vida interior.

Mais ainda, a aparente tensão entre a vida activa e a vida contemplativa tem em José uma superação ideal, possível para quem possui a perfeição da caridade. Atendo-nos à conhecida distinção entre o amor da verdade (*caritas veritatis*) e as exigências do amor (*necessitat caritatis*), (cfr. S. Thomae, «Summa Theologiae», II-II, q. 182, a. 1, ad 3), podemos dizer que José fez a experiência quer do amor da verdade, ou seja, do puro amor de contemplação da Verdade divina que irradiava da humanidade de Cristo, quer das exigências do amor, ou seja, do amor igualmente puro do serviço, requerido pela proteção e pelo desenvolvimento dessa mesma humanidade.

## VI - PATRONO DA IGREJA DO NOSSO TEMPO

28. Em tempos difíceis para a Igreja, Pio IX, desejando confiá-la à especial proteção do Santo Patriarca José, declarou-o «Patrono da Igreja católica». (S. Rituum Congreg., «Quemadmodum Deus», die 8 dec. 1870: «Pio IX P. M. Acta», pars I, vol. V, 283). Esse Sumo Pontífice sabia que não estava a levar a efeito um gesto peregrino, porque, em virtude da excelsa dignidade concedida por Deus a este seu servo fidelíssimo, «a Igreja, depois da Virgem Santíssima, esposa dele, teve sempre em grande honra e cumulou de louvores o Bem-aventurado José e, no meio das angústias, de preferência foi a ele que recorreu». (S. Rituum Congreg., «Quemadmodum Deus», die 8 dec. 1870: «Pio IX P. M. Acta», pars I, vol. V, 282s).

Quais são os motivos de tão grande confiança? O Papa Leão XIII expõe-nos assim: «As razões pelas quais o Bem-aventurado José deve ser considerado especial Patrono da Igreja, e a Igreja, por sua vez, deve esperar muitíssimo da sua proteção e do seu patrocínio, provêm principalmente do fato de ele ser esposo de Maria e pai putativo de Jesus (...). José foi a seu tempo legítimo e natural guardião, chefe e defensor da divina Família (...). É algo conveniente e sumamente digno para o Bem-aventurado José, portanto, que, de modo análogo àquele com que outrora costumava socorrer santamente, em todo e qualquer acontecimento, a Família de Nazaré, também agora cubra e defenda com o seu celeste patrocínio a Igreja de Cristo». («*Quamquam Pluries*», die 15 aug. 1889: «*Leonis XIII P. M. Acta*», IX [1890] 177-179).

29. Este patrocínio deve ser invocado e continua sempre a ser necessário à Igreja, não apenas para a defender dos perigos, que continuamente se levantam, mas também e sobretudo para a confortar no seu renovado empenho de evangelização do mundo e de levar por diante a nova evangelização dos países e nações «onde — como eu escrevia na Exortação Apostólica *Christifideles laici* — a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas», mas «se encontram hoje submetidas a dura provação». Para levar o primeiro anúncio de Cristo ou para voltar a apresentá-lo onde ele foi transcurado ou esquecido, a Igreja precisa de uma particular «força do Alto» (cf. Lc 24, 49), que é dom do Espírito do Senhor, certamente, mas não anda disjunta da intercessão e do exemplo dos seus Santos.

30. Além da confiança na proteção segura de José, a Igreja tem confiança no seu exemplo insigne, um exemplo que transcende cada um dos estados de vida e se propõe a toda a comunidade cristã, sejam quais forem a condição e as tarefas de cada um dos fiéis.

Como se diz na constituição do Concílio Vaticano II sobre a Divina Revelação, a atitude fundamental de toda a Igreja deve ser de «religiosa escuta da palavra de Deus»; («*Dei Verbum*», ou seja, de absoluta disponibilidade para se pôr fielmente ao serviço da vontade salvífica de Deus, revelada em Jesus. Logo no princípio da Redenção humana, nós encontramos o modelo da obediência encarnado, depois de Maria, precisamente em José, aquele que, se distingue pela execução fiel das ordens de Deus. O Papa Paulo VI exortava a invocar o seu patrocínio, «como a Igreja, nestes últimos tempos, tem o costume de fazer, para si mesma, antes de mais nada, para uma espontânea reflexão teológica sobre o conúbio da ação divina com a ação humana na grande economia da Redenção, no qual, a primeira, a ação divina, é só por si totalmente suficiente, mas a segunda, a ação humana, a nossa, embora não seja capaz de fazer coisa alguma sozinha (cf. Jo 15,5), nunca está dispensada de uma humilde, mas condicional e nobilitante colaboração. Além disso, a Igreja invoca-o como protetor, por um desejo profundo e atualíssimo de rejuvenescer a sua existência secular, com autênticas virtudes evangélicas, como as que refulgem em São José». («*Paulo VI*», VII [1969] 1268).

31. A Igreja transforma estas exigências em oração. Recordando que Deus confiou os inícios da nossa Redenção à guarda desvelada de São José, suplica-lhe: que lhe conceda

colaborar fielmente na obra da salvação; e que lhe dê a mesma fidelidade e pureza de coração que animaram José no serviço do Verbo Encarnado; e, ainda, a graça de caminhar diante do mesmo Deus pelas vias da santidade e da justiça, amparados pelo exemplo e pela intercessão de São José. (cfr. «Missale Romanum», Collecta; Super oblata «in Sollemnitate S. Ioseph Sponsi B. M. V.»; Post communio «in Missa votiva S. Ioseph»).

Há cem anos, exatamente, o Papa Leão XIII exortava o mundo católico a rezar para obter a proteção de São José, Patrono de toda a Igreja. A Carta Encíclica *Quamquam pluries* fazia apelo para aquele «amor paterno» que José «dedicava ao Menino Jesus» e recomendava-lhe, a ele «provido guarda da divina Família, a preciosa herança que Jesus Cristo adquiriu com o próprio sangue». Desde então, a Igreja — como foi recordado mais acima — implora a proteção de São José, «em virtude daquele vínculo de caridade que o uniu à imaculada Virgem Mãe de Deus», e recomenda-lhe todas as suas solitudes, também pelo que se refere às ameaças que incumbem sobre a família humana.

Nos dias de hoje, temos ainda numerosos motivos para rezar da mesma maneira: «Afastai de nós, ó pai amantíssimo, esta peste de erros e de vícios..., assisti-nos propício, do céu, nesta luta contra o poder das trevas ...; e assim como outrora livrastes da morte a vida ameaçada do Menino Jesus, assim hoje defendei a santa Igreja de Deus das ciladas do inimigo e de todas as adversidades». (cfr. «Oratio ad Sanctum Iosephum», quae proxime sequitur textum ipsius Epist. Enc. «*Quamquam Pluries*» die 15 aug. 1889: «*Leone XIII P. M. Acta*», IX [1890] 183). Hoje ainda temos motivos que perduram para recomendar todos e cada um dos homens a São José.

32. Desejo vivamente que esta evocação da figura de São José renove também em nós o ritmo da oração que, há um século atrás, o meu Predecessor estabeleceu que lhe fosse elevada. É fora de dúvida, efetivamente, que esta oração e a própria figura de São José se revestem de atualidade renovada para a Igreja do nosso tempo, em relação com o novo Milênio cristão.

Dado em Roma, junto de São Pedro, a 15 de Agosto - solenidade da Assunção de Nossa Senhora - no ano de 1989, undécimo ano de Pontificado.